

Estudo Técnico Preliminar 16/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 60583.000700/2022-36

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de translação de até 104 m³ de bagagem, por via terrestre e/ou marítima, combinadas ou não, porta a porta, para atender aos percursos Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC /Brasília – DF, visando a remoção de mobiliário e bagagens em geral, de servidores designados pelo Ministério da Defesa – MD para cumprirem missão na Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, com sede em Washington – DC, se fazendo acompanhar ou não de seus dependentes, compreendendo móveis, automóveis, utensílios, roupas e demais pertences, em decorrência de assunção de função e/ou de regresso ao Brasil.

2.2. Tendo em vista que o Ministério da Defesa – MD, com base no Decreto nº 9.325, de 2018, designa anualmente servidores para integrar a estrutura da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, com sede em Washington – DC, bem como para outras localidades no exterior, conforme necessidade e conveniência da administração, para cumprirem missão nos Estados Unidos da América, por períodos de 12 até 24 meses, faz-se necessário efetuar a contratação de empresa especializada para a realização da translação das bagagens desses servidores e de seus dependentes, que em razão do tipo, da natureza e da duração da missão são obrigados a mudar de sede, obedecida o limite a que fazem jus, cujos percursos, cubagem ou peso foram estimados e seguem discriminados abaixo:

AMERICA DO NORTE

Quantidade estimada de mudanças: 02, sendo:

- 52m³ para atender ao percurso: Washington – DC / Brasília – DF; e
- 52m³ para atender ao percurso: Brasília – DF / Washington – DC.

Total a ser licitado: 104m³

2.3. Conforme preveem os artigos 31º e 32º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 e o artigo 32º do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, os servidores/empregados movimentados, por interesse do Ministério da Defesa, tem direito ao transporte de mobiliário e bagagens em geral do seu local de origem para o novo local de residência e vice-versa.

2.4. Acrescenta-se que a administração deverá estabelecer o prazo de entrega dos pertences dos servidores, com contagem iniciada na data de sua retirada.

2.5. Há necessidade, ainda, de estabelecer o valor limite de cobertura do seguro dos pertences dos servidores.

2.6. Assim, considerando o disposto no art. 32, § 5º, alínea b do Decreto nº 71.733, de 1973, o valor limite de cobertura do seguro estabelecido para cada mudança será de no mínimo R\$ 260.000,00 e no máximo de R\$ 320.000,00.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Pagamento da Gerência de Gestão de Pessoas	Marilene do Espírito Santo e Silva Vilela

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de um serviço comum, de caráter não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, **não** podendo ser prorrogado, com base no artigo 57º, §1º, da Lei n. 8.666/93, podendo ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar”.

4.3. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de translação de até 104 m³ de bagagem, por via terrestre e/ou marítima, combinadas ou não, porta a porta, para atender aos percursos Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC/Brasília – DF.

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. A prestação dos serviços não necessita de prazos de treinamento dos servidores da Contratada que irão executar os serviços técnicos-profissionais para este Ministério.

4.7. Não há a possibilidade de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por tratar-se de um serviço de mão de obra simples.

4.8. Não serão necessários requisitos de treinamento para os servidores da Contratada que irão executar os serviços técnicos-profissionais para este Ministério da Defesa - MD.

4.9. Inicialmente é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não vislumbra outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada por meio do Documento de Formalização de Demanda – 1 (4701368).

4.9.1. A realização de um novo processo licitatório se faz necessário, tendo em vista que, conforme por períodos, a cada 12 a 24 meses, se faz necessário efetuar nova contratação de empresa especializada para a realização da translação de mobiliários e bagagens em geral de servidores e de seus dependentes e a última celebração de um contrato semelhante por este Ministério da Defesa ocorreu no ano de 2019, conforme processo 60583.001016/2019-76.

4.10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, cuja **declaração** positiva nesse sentido **é um requisito** da contratação, estabelecido na disposição 2.4. do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP.

4.11. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.11.1. Deverá o Servidor Público estar enquadrado nas disposições contidas no Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001:

“Art. 1º Ao servidor público civil regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

(...)

III – transporte mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, ao servidor nomeado para os cargos de Ministro de Estado, de titular de órgãos essenciais da Presidência da República, de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), quando implicar exercício em nova sede.

§ 2º Caberá ao órgão em que tiver exercício o servidor nomeado para os cargos de que trata o parágrafo anterior efetuar o pagamento das indenizações referidas neste artigo.

(...)

Art. 5º São considerados dependentes do servidor para os efeitos deste Decreto:

I - O cônjuge ou companheiro legalmente equiparado;

II - O filho de qualquer condição ou enteado, bem assim o menor que, mediante autorização judicial, viva sob a sua guarda e sustento;

III - os pais, desde que, comprovadamente, vivam às suas expensas.

§ 1º Atingida a maioridade, os dependentes referidos no inciso II perdem essa condição, exceto nos casos de:

I - Filho inválido; e

II - Estudante de nível superior, menor de vinte e quatro anos, que não exerça atividade remunerada.

(...)

Art. 8º As despesas relativas à ajuda de custo, passagens e transportes de bagagem dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior.

Art. 9º As disposições deste Decreto aplicam-se: (Redação dada pelo Decreto nº 4.063, de 26.12.2001)''

I - ao ocupante de cargo em comissão, mesmo quando não titular de cargo efetivo;" (Inciso incluído pelo Decreto nº 4.063, de 26.12.2001).

4.12. Requisitos legais para o atendimento da necessidade:

4.12.1. Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências.

4.12.2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

4.12.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.12.4. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.12.5. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

4.12.6. Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997. Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

4.12.7. Decreto nº 3.381, de 12 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

4.12.8. Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

4.12.9. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

4.12.10. Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018. Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e altera o Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, e o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017.

4.12.11. Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

4.12.12. Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

4.12.13. Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973. Discrimina os órgãos cujos cargos, funções ou atividades, desempenhados nas condições da Lei de Retribuições no Exterior, se consideram permanentes.

4.12.14. Instrução Normativa nº 10, de 28 de junho de 2001. Estabelece normas para o cadastramento e vistoria de empresas que atuam no transporte internacional de cargas e/ou passageiros e institui a Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria, nas Superintendências Regionais do DPF, e dá outras providências.

4.12.15. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2022. Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.12.16. Orientação Normativa nº 3, de 15 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos Órgãos Setoriais e Seccionais do Sistema de Pessoa Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para a concessão de ajuda de custo e de transporte.

4.12.17. Portaria Normativa nº 3/GM-MD, de 04 de janeiro de 2019. Aprova o Regimento Interno da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID.

4.13. **Requisitos legais ambientais:**

4.13.1. Levando-se em consideração que o licitante poderá utilizar-se de embalagens para o acondicionamento do material a ser transportado, este deve observar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS /DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2021, apresenta como regra, que é necessário verificar se o fornecedor é o fabricante ou o distribuidor/comerciante, conforme a seguir:

4.13.1.1. Se fabricante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à indústria (categoria 2 até a categoria 16);

4.13.1.2. Se distribuidor/comerciante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à categoria Transporte, terminais, depósitos e comércio.

4.13.1.3. Se importador: deve ser também verificada a categoria 18, mas também as categorias 20 e 21, em específico as descrições que referenciam ao comércio.

4.13.1.4. Caso o licitante esteja enquadrado em alguma das situações mencionadas anteriormente, deverá ser apresentado o comprovante e registro do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, respectivamente, conforme prevê o Anexo I, da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada.

5.2. Considerando a restrição de alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os processos com objetos similares e interdependentes realizados por outras UASGs em anos anteriores.

5.3. Este estudo considera, ainda, que o serviço demandado já foi licitado nos anos de 2016 e 2019 por esse Ministério da Defesa - MD, conforme processos [60583.003432/2016-66](#) e [60583.001016/2019-76](#), que também serão analisados, a fim de realizar amplo levantamento das contratações públicas inerentes a serviço de Transporte Internacional de mobiliários e bagagens em geral, conforme será detalhado nos itens seguintes.

5.4. Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

5.4.1. Quanto a contratações similares realizadas por outros Órgãos e entidades, foi realizado o levantamento de mercado, consultado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet), acessado em 14 de março de 2022, às 13h42m (horário de Brasília), no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta01.asp>, pode ser observado que é comum a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte internacional de mobiliários e bagagens em geral. Para o percurso Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC/Brasília – DF (CATSER – 16713 – Transporte de Carga – Internacional), através de processo licitatório, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

5.4.2. Ata – Consulta Atas de Registro de Preços;

Serviço: 16713 – Transporte de Carga – Internacional e 14419 – Transporte de Mudança – Internacional.

Períodos Pesquisados: 01/01/2020 à 31/12/2020 e 01/01/2021 à 31/12/2021.

UASG GERENCIADORA	PREGÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
110404 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	00019/2019	12/07/2019 12/07/2019
170010 – MF-SRF- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL/DF	00010/2017	07/03/2018 07/03/2019
160298 – COMANDO DA 1º REGIÃO MILITAR	00019/2020	27/04/2021 27/04/2022
160219 – COMANDO DA 5º REGIÃO MILITAR	00001/2021	12/04/2021 12/04/2022
160194 – COMANDO DA 7º REGIÃO MILITAR	00003/2021	17/06/2021 17/06/2022
160488 – COMANDO DA 2º REGIÃO MILITAR	00003/2020	19/07/2021 19/07/2022
160392 – COMANDO DA 3º REGIÃO MILITAR	00009/2021	11/08/2021 11/08/2022

5.4.3. **Demonstrações de não exclusividade das empresas atuando nos serviços deste mercado:**

5.4.3.1. UASG: 110404 – Departamento de Administração Interna / PREGÃO: 00019/2019.

CNPJ	EMPRESA

23.490.819/0001-80	SMART TRANSPORTADORA E LOGISTICA EIRELI
23.749.972/0001-89	EVEREST MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI
00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENCE LOGISTICA EIRELI
32.915.001/0001-52	AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES – EIRELI – EPP
37.142.387/0001-20	UNITRANS MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI

5.4.3.2. UASG: 170010 – MF-SRF – Secretaria da Receita Federal – DF / PREGÃO: 00010/2017.

CNPJ	EMPRESA
09.545.434/0001-36	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA
24.363.325/0001-05	BL NESHER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
32.915.001/0001-52	AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES – EIRELI – EPP

5.4.3.3. UASG: 160298 – Comando da 1ª Região Militar – RJ / PREGÃO: 00019/2020.

CNPJ	EMPRESA
09.545.434/0001-36	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA
24.363.325/0001-05	BL NESHER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
32.915.001/0001-52	AMERICA GLOBAL COMERCIAL E TRANSPORTES – EIRELI – EPP
23.749.972/0001-89	EVEREST MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI
00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENNCE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
97.456.065/0001-88	MINAS TURISMO E SERVIÇOS – EIRELI
14.582.157/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA

04.927.139/0001-36	BSB TRANSPORTE RODOVIÁRIO E LOGISTICA LTDA
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
29.223.336/0001-03	JAC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
10.781.353/0001-20	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI

5.4.3.4. UASG: 160219 – Comando da 5ª Região Militar – PR / PREGÃO: 00001/2021.

CNPJ	EMPRESA
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA
00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENNCE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
14.582.157/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA

5.4.3.5. UASG: 160164 – Comando da 7ª Região Militar – PE / PREGÃO: 00003/2021.

CNPJ	EMPRESA
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA
10.781.353/0001-20	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI
03.849.500/0001-90	A. CENTRAL TRANSPORTES E LTDA
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
08.411.349/0001-28	COMMODITY TRANSPORTES E SERVIÇOS LIMITADA
09.545.434/0001-36	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME

5.4.3.6. UASG: 160488 – Comando da 2ª Região Militar – SP / PREGÃO: 00003/2020.

CNPJ	EMPRESA
------	---------

05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA
00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENNCE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
14.582.157/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
09.545.434/0001-36	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME

5.4.3.7. UASG: 160392 – Comando da 3ª Região Militar – RS / PREGÃO: 00009/2021.

CNPJ	EMPRESA
03.797.837/0001-00	RIO BRAZIL TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA
14.582.157/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
09.545.434/0001-36	MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME

5.4.4. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.5. Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas.

5.5.1. Para o presente processo não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições, haja em vista que a presente aquisição se trata de um serviço comum, de acordo com Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002.

5.5.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto a ser contratado a melhor solução será a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte internacional de mobiliários e bagagens em geral, no percurso Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC /Brasília – DF, através da realização de um Pregão Eletrônico tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU de Serviços não Contínuos – Leis 8.666/93 e 10.520/02, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor e da mão de obra a ser contratada.

6.2. A contratação da empresa especializada na prestação de serviço de transportes internacional de mobiliários e bagagens em geral, tem por finalidade atender as necessidades deste Ministério da Defesa – MD que designa anualmente servidores para integrar a estrutura da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, com sede em Washington – DC, para

cumprirem a missão nos Estados Unidos da América – EUA, por período de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades, exigências deste Ministério.

6.3. Manutenção e Assistência técnica:

6.3.1. Para o presente processo o serviço a ser contratado, não haverá a necessidade de manutenção e assistência técnica especializada.

6.4. Qualificação Técnica:

6.4.1. As exigências de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista, **conforme art. 27 da Lei 8.666/93**, que são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital e no Termo de Referência.

6.4.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão exigidos na entrega de documentos, conforme exigidos no Edital, sendo criteriosamente analisado na habilitação da empresa.

6.4.3. A contratada deverá apresentar o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, no qual deverá obrigatoriamente constar ramo de atividade ligado ao processo licitatório.

6.4.3.1. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para o item deste Termo de Referência (em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERNACIONAL	SV	31m ³

6.5. A contratada deverá apresentar atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que já prestou serviços correlatos e interdependentes.

6.6. A licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme modelo a ser disponibilizado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades acompanhadas das memórias cálculo e dos documentos que dão suporte, de acordo com a necessidade deste Ministério, constam nas quantidades estimadas para contratação dos serviços de transporte internacional de mobiliários e bagagens em geral, no percurso Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC/Brasília – DF, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD 1 (4701368), tendo em vista as novas necessidades para o cumprimento da missão de Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID, que serão atribuídas ao novo processo em relação ao processo anterior (60583.001016/2019-76).

7.1.1. A quantidade a contratar será a mínima necessária, a fim de viabilizar a análise de maneira objetiva e direta quanto à aplicação dos recursos e aos resultados esperados na condução das Políticas Públicas, observando-se o binômio: Recursos aplicados e resultados.

7.2. Contratações similares deste órgão para serviço demandado já foram licitadas nos anos de 2016 e 2019, conforme processo 60583.003432/2016-66 e 60583.001016/2019-76.

7.3. A apreciação da memória calculo constam no Documento de Formalização de Demanda – 1 (4701368) e Histórico de consumo - Apêndice II do Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 254.076,16

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	TRANSPORTE DE MUDANÇA INTERNACIONAL -PERCURSO: BRASÍLIA-DF / WASHINGTON-DC; -REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO E BAGAGENS EM GERAL, DE SERVIDOR, ACOMPANHADO DE SEUS DEPENDENTES, DESIGNADO PELO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA CUMPRIR MISSÃO NA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA-RBJID; -VALOR LIMITE DE COBERTURA DO SEGURO DOS BENS A SEREM TRANSPORTADOS: ATÉ R\$ 320.000,00.	16713	Sv	52m³	R\$ 2.827,39	R\$ 147.024,28
02	TRANSPORTE DE MUDANÇA INTERNACIONAL -PERCURSO: WASHINGTON-DC / BRASILIA-DF; -REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO E BAGAGENS EM GERAL, EM RAZÃO DO REGRESSO DOS SERVIDORES DESIGNADOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA CUMPRIREM MISSÃO NA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA-RBJID; -VALOR LIMITE DE COBERTURA DO SEGURO DOS BENS A SEREM TRANSPORTADOS: ATÉ R\$ 320.000,00.	16713	Sv	52m³	R\$ 2.058,69	R\$ 107.051,88
CUSTO TOTAL GERAL					R\$ 254,076,16	

8.2. O valor máximo aceitável R\$ 254.076,16 (duzentos e cinquenta e quatro mil, setenta e seis reais e dezesseis centavos) será o valor final resultante do Mapa Comparativo dos Preços (5005594) e posterior Análise Crítica dos Preços (4814214), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

8.4. Analisando a interdependência com outras contratações de modo que a finalidade possibilite a economia da escala, foi realizada a pesquisa com outros Órgãos Públicos pelo endereço <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta01.asp>, que contrataram serviços semelhantes, mostrando assim, a não exclusividades dos serviços prestados, logo no quadro abaixo:

CNPJ	EMPRESA	VALOR	UNIDADE CONTRATANTE	PREGÃO / DATA
23.490.819/0001-80	SMART TRANSPORTADORA E LOGÍSTICA EIRELI	R\$ 220.246,00	110404 – DEPARTAMENTO D E ADMINISTRAÇÃO INTERNA	00019/2019 11/07/2019
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA	R\$ 461.280,00	170010 – MF-SRF-SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL /DF	00010/2017 11/01/2018
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA	R\$ 13.837.699,00	160298 – COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR	00019/2020 27/04/2021
00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENNCE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA			
97.456.065/0001-88	MINAS TURISMO E SERVIÇOS – EIRELI			
14.582.157/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA			
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA			
29.223.336/0001-03	JAC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA			
10.781.353/0001-20	REI DE OURO MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI			
14.582.167/0001-87	CONCEPT MOBILITY SERVIÇOS DE MOBILIÁRIA LTDA	R\$ 3.796.050,00	160219 – COMANDO DA 5ª REGIÃO MILITAR	00001/2021 07/04/2021
05.332.260/0001-88	G-INTER TRANSPORTES LTDA	R\$ 2.938.557,00	160194 – COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR	00003/2021 15/06/2021
03.849.500/0001-90	A. CENTRAL TRANSPORTES LTDA			

00.502.302/0001-68	MUNDIAL RESIDENNCE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	R\$ 5.800.655,00	160488 – COMANDO DA 2ª REGIÃO MILITAR	00003/2021
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA			08/07/2021
32.915.001/0001-52	5 ESTRELAS INFINITY SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA	R\$ 2.259.705,00	160392 – COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR	0009/2021 11/08/2021

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei no 8.666/93, que dispõe que as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.1.1. Por não haver complexidade técnica e econômica envolvida, justifica-se pela técnica do objeto que a possibilidade da divisibilidade de viagem internacional não se torna viável, de forma econômica à redução de custos a Administração Pública, de modo a reduzir custos e despesas para proporcionar a obtenção de uma contratação mais vantajosa para este Ministério, desta forma opta-se pela execução do serviço não ser parcelado quanto se referir ao objeto, conforme item III.e – Casos de parcelamento do objeto, previstos no Acórdão 1214/2013 – TCU – Plenário, trata-se assim, de prática regular do mercado a prestação de serviços de forma concomitante, não segmentada por especialização.

9.2. Diante dos expostos acima o serviço será executado conforme especificações e demandas do Ministério da Defesa por meio da COPAG/GEPEs - MD.

9.3. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento, quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.4. Opção de aquisição por: **Empreitada por Menor Preço Unitário.**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de transporte internacional** de mobiliários e bagagens em geral, no percurso Brasília – DF/Washington – DC e Washington – DC /Brasília – DF.

10.2. Como contratação correlata há o processo 60583.001016/2019-76, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2019.

10.3. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, ao aperfeiçoamento e ao êxito das contratações futuras.

10.4. Processo licitatório deste ministério para o certame retromencionado, houve 1 (uma) empresa oferecendo propostas ao certame, conforme quadro abaixo:

CNPJ	EMPRESA	VALOR TOTAL
23.490.819/0001-80	SMART TRANSPORTADORA E LOGÍSTICA EIRELI	R\$ 220.246,00

10.5. O valor de referência deste certame foi de **R\$ 332.514,00** (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e quatorze reais e zero centavos). Após a fase de lance sagrou-se vencedora a SMART TRANSPORTADORA E LOGÍSTICA EIRELI – inscrita no CNPJ nº 23.490.819/0001-80, com o valor aceito pelo melhor lance de **R\$ 220.246,00** (duzentos e vinte mil, duzentos e quarenta e seis reais).

10.6. Importante ressaltar que para compor o preço de referência do processo anterior 60583.001016/2019-76, os valores foram pesquisados diretamente com fornecedores, conforme pode ser constatado através da Análise Crítica da Pesquisa de Preços (1668834). A Pesquisa de Preço foi realizada com a utilização dos Parâmetros I, II, III e IV de acordo com a IN 05/SLTI/MPOG /2014.

10.7. Contudo, é importante considerar que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte internacional licitado em 2019, não se encontra com valor viável para continuar a contratação em 2022, necessitando assim, de um novo processo licitatório.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.1.1. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.2. O serviço a ser contratado **consta** no PGC 2022, no item 1277, com o valor estimado para contratação de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Vantagens e economicidade para a Administração:

12.1.1. O resultado pretendido será alcançado com o firmamento do contrato com uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte internacional.

12.1.2. Vantagem: Atender às necessidades deste Ministério, conforme minudenciado nesse instrumento.

12.1.3. Economicidade: Dar-se-á com a possibilidade de realizar o serviço com valor inferior à pesquisa de preço realizada (4716140).

12.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição de cada um dos itens, conforme previsto no Tópico 2 deste instrumento.

12.3. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente ou a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa contratada preste o serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para o presente processo, esta Equipe de Planejamento da Contratação não vislumbra possíveis impactos ambientais, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de transportes internacionais de mobiliários e bagagens em geral, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1287, de 11 de março de 2022 ([4770984](#)), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 11, de 18 de março de 2022 ([4776334](#)), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

15.2.1. Na condição de Integrante Requisitante: SC IZABEL ADRIANA SOUZA SANTOS MENDES, CPF: ***.008.004-**, lotada na Coordenação de Pagamento da Gerência de Gestão de Pessoas (COPAG/GEPES);

15.2.2. Na condição de Integrante Administrativo: 1º TEN (EB) **LUCIVAL DA SILVA CASTRO**, CPF: ***.562.452-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ); e

15.2.3. Na condição de Integrante Técnico: SC MARILENE DO ESPÍRITO SANTOS E SILVA VILELA, CPF: ***.420.511-**, lotada na Coordenação de Pagamento da Gerência de Gestão de Pessoas (COPAG/GEPES).

16. Responsáveis

IZABEL ADRIANA SOUZA SANTOS MENDES

Assistente Técnica

LUCIVAL DA SILVA CASTRO

Assessor

MARILENE DO ESPÍRITO SANTO E SILVA VILELA

Coordenadora substituta

ODILON MAZZINI JÚNIOR

Diretor

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (139.44 KB)

Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1. RISCOS DA AQUISIÇÃO:

- 1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:
 - 1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).
 - 1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).
 - 1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.
- 1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.
- 1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.
- 1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.
- 1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.
- 1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2. POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	(___) Baixa	(<u>X</u>) Média	(___) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Médio	(<u>X</u>) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e Coordenação de Licitação (COLIC).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	Coordenação de Licitação (COLIC).	

Analisado:

1º TEN (EB) LUCIVAL DA SILVA CASTRO
Assessor da Assessoria de Planejamento e Aquisições